

INTERPRETAÇÃO

= Extrair o sentido da norma.

• Tipos:

QUANTO À ORIGEM (Fonte)

1. **Legislativa/autêntica**
 - Pelo autor da norma
 - Vem na própria lei ou em uma nova (Para esclarecer)
2. **Judicial**
 - Pelos órgãos do Judiciário, no exercício da jurisdição
3. **Administrativa**
 - Pela Administração Pública
4. **Doutrinária**
 - Por estudiosos do Direito (Não é de observância obrigatória)
 - A **exposição de motivos** do C.P. é considerada interpretação doutrinária.

QUANTO À FINALIDADE (Efeito ou resultados)

1. **Declaratória**
 - Coincide com o que o legislador pretendia dizer
 - Dispensa correções interpretativas do alcance normativo.
2. **Extensiva**
 - Legislador diz menos do que { podia devia
3. **Restritiva**
 - Legislador diz mais do que { podia devia

disposições
preliminares
do C.P.
**INTERPRETAÇÃO
= E INTEGRAÇÃO =**

ANALOGIA

- Técnica de **integração** → para suprir a falta de uma lei.
- O aplicador do Direito se vale de uma **outra norma** (parecida) de modo a aplicá-la ao caso concreto.
- A analogia **nunca** pode ser utilizada para **prejudicar o réu**, apenas para favorecê-lo.

QUANTO AO MEIO

1. **Gramatical/literal/semântica**
 - Análise das palavras
 - Método restrito (Não deve ser usado isoladamente)
2. **Finalista/teleológica**
 - Busca entender o fim almejado pelo legislador
3. **Analógica**
 - Uso de comparações.

Somente nos casos em que a lei estabeleça uma fórmula casuística (um exemplo) e criminalize situações idênticas (fórmula genérica).

CONTAGEM DE PRAZOS

- Dia do **começo** → inclui-se no cômputo do prazo (independentemente do horário em que ocorrer a entrada).
- Contam-se
 - dias
 - meses
 - anos pelo **calendário comum** (Gregoriano)

Ex.: pena de 1 mês, se iniciada dia 5, estará extinta no dia 4 do mês seguinte (independentemente de o mês ter 28, 29, 30 ou 31 dias)

Também não importa se o ano é bissexto ou não.

FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DE PENA

- Desprezam-se nas penas:
- - privativas de liberdade
 - restritivas de direitos → as frações de **dia**
- De multa → as frações de **cruzeiro** (Atualmente = real)

EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA

- Sentença estrangeira pode ser **homologada no Brasil** para: (Pelo STJ)
 1. Obrigar o condenado a:
 - reparação de dano
 - restituição
 - outros **efeitos civis**→ Sua homologação depende de **pedido da parte interessada**
 2. Sujeitá-lo à **medida de segurança**
 - Sua homologação depende de:
 - Existir tratado de extradição com o país ou
 - Requisição do Ministro da Justiça

SÚMULA 420 DO STF:

"Não se homologa sentença proferida no estrangeiro sem prova do trânsito em julgado"

- **Não** há possibilidade de homologação de sentença penal estrangeira para fins de cumprimento de **pena**. (É ato de soberania do Estado)
- A condenação anterior por crime (No Brasil ou no estrangeiro) gera reincidência. (Não é necessária homologação)

disposições
preliminares
do c.p.

ASPECTOS GERAIS

- Quando duas ou mais **normas penais**, igualmente vigentes, são aparentemente **aplicáveis à mesma situação**.

São solucionados através da aplicação de princípios (critérios)

PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE

Norma especial X Norma geral

Prevalece!

- Não interessa qual norma impõe uma pena mais branda ou gravosa.
- O Código Penal aplica-se **subsidiariamente** aos crimes previstos em lei especial.

PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO (ABSORÇÃO)

- Um fato criminoso **absorve** os demais
O agente responde apenas por este e não pelos demais

HIPÓTESES

- Crime progressivo**: o agente, querendo praticar um crime, necessariamente tem que praticar um crime menos grave.
Ex.: lesão corporal → homicídio
Só o crime **mais grave** é punido.
- Progressão criminosa**: durante a empreitada, o agente **altera seu dolo**. Responde apenas pelo mais grave.
Só o crime **mais grave** é punido.
- Antefato impunível**: o agente pratica fatos que estão na mesma linha causal do **crime principal**.
Ex.: invasão de domicílio → furto
Só o crime **principal** é punido.
- Pós-fato impunível**: o agente pratica fatos criminosos, mas considerados exaurimento ou desdobramento natural do crime praticado.
Ex.: furto → dano
Impunível.
Só o **primeiro** crime é punido.

*disposições
preliminares
do c.p.*
**= CONFLITO APARENTE
DE NORMAS PENAIS =**

disposições preliminares do c.p.

= CONFLITO APARENTE
DE NORMAS PENAIS =

PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

- Uma norma é mais abrangente que a outra.
- Pode ser
 - expressa → "se o fato não constitui crime mais grave"
 - tácita
 - Caráter subsidiário pode ser aferido no caso concreto
- Ex.: crime de dano X crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo
 - (= Norma subsidiária)
 - (= Norma primária)

↓

Aplicada quando nenhuma norma mais grave for aplicável (primária)

PRINCÍPIO DA ALTERNATIVIDADE

- Uma mesma norma descreve **diversas condutas** que são criminalizadas → a prática de qualquer uma delas já consuma o delito.
 - A prática de mais de um deles, no mesmo contexto fático, não configura mais de um crime.
- Tipos mistos alternativos.